

Bolsa de Emprego | Novembro de 2017



Nome: Maricel Chacon
Habilitações Literárias: Licenciatura Marketing
Experiência Profissional: Vendas, Marketing Digital, Ensino de Ballet

Nome: Maria José Monteiro Pereira
Habilitações Literárias: Licenciatura e Português e Espanhol
Experiência Profissional: Formadora, Docente

Nome: Vanessa Oliveira Póvoa
Habilitações Literárias: Mestrado em Gerontologia
Experiência Profissional: Gestora de Clientes, Formadora de Geriatria

Nome: Ana Raquel da Conceição Pires dos Santos
Habilitações Literárias: Mestrado Biotecnologia
Experiência Profissional: Caixa de Hipermercados, Vindimas

Nome: Ricardo Marques
Habilitações Literárias: Licenciatura em Marketing
Experiência Profissional: Gestor Comercial D2D, Gestor de Loja, Operário fabril, Administrativo

Nome: Jessika Sofia Hoflinger Bojanic
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: Auxiliar de Geriatria, Bar, Limpeza de Têxteis, Soldadura sem Chumbo

Nome: Daniel Simões Rocha
Habilitações Literárias: Licenciatura em Engenharia Informática
Experiência Profissional: Comercial e Gestor de Clientes, Auditor Interno, Auditor Coordenador; Responsável pela área de compras e gestão de recursos

Nome: Joana do Carmo Martins Castilho
Habilitações Literárias: Licenciatura Psicologia do Trabalho e das Organizações
Experiência Profissional: Recrutamento e Selecção, Formadora na área de Recursos Humanos e Psicologia

Nome: Joana Pinho Abrantes
Habilitações Literárias: Mestrado em Engenharia Química
Experiência Profissional: Técnica de Logística e Planeamento, Assistente Dentária, Operadora de Caixa

Nome: Elisabete Seabra Ferreira Alves
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: Empregada Fabril, Reposição, Operadora de Supermercado

Nome: Jessica Fontanelas
Habilitações Literárias: 11º ano
Experiência Profissional: 1º Emprego

Nome: Maria de Fátima Rodrigues Antunes
Habilitações Literárias: 9º ano
Experiência Profissional: Empregada Fabril, Empregada de Mesa, Copeira, Facturadora

Nota: Para mais informações sobre os candidatos da Bolsa de Emprego, por favor contacte o GIP - Gabinete de Inserção Profissional. **Contactos:** 231 516 761 || gip@acib.pt

A ACIB informa que tem os seguintes serviços ao dispôr dos Associados:

Fotocópias | fax | Internet | aluguer de salas | aluguer de equipamento audiovisual | serviço de dobragem e envelopagem de correspondência | venda de Livros de Reclamações | venda de Livretes Individuais de Controlo para Condutores



ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada

Sede:
Espaço Inovação - Z. Industrial de Vila Verde, Ap. 235 | 3770-305 Oliveira do Bairro | T. 234730320 | acib@acib.pt

Delegação:
Edifício da Proximidade | Praça da Juventude | 3780-323 Anadia | T: 231516761 | anadia@acib.pt

www.acib.pt



Novembro de 2017



ACIB | Workshops e Formação Profissional da ACIB

Sessão de divulgação Guias electrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR)	Data	Local
	04/12	O. Bairro
Ciclo de Workshops Exportação - Compreender e aplicar os INCOTERMS 2010	12/12	O. Bairro
Formação Profissional Não Financiada		
- Segurança na Utilização de Pontes Rolantes	27/12	O. Bairro
- Segurança na Utilização de Empilhadores	27/12	O. Bairro

A participação nestas acções e seminários é considerada para efeitos do cumprimento do dever de formação contínua a cargo da entidade empregadora (art.º 131 da Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro). Para mais informações e/ou inscrições, contacte a ACIB através do telefone 234 730 320 ou via o e-mail: acib@acib.pt.//

ACIB | Sorteios de Natal e Concursos de Montras

A ACIB, em parceria com a Câmara Municipal de Anadia e a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, vai promover os Sorteios de Natal do Comércio Local e os Concursos de Montras de Natal. Em Anadia, o Sorteio decorrerá de 25 de Novembro de 2017 a 01 de Janeiro de 2018, e as inscrições deverão ser efectuadas até 22 de Novembro. Em Oliveira do Bairro, o Sorteio decorre de 01 a 31 de Dezembro de 2017 e as inscrições até 29 de Novembro. Em ambos os sorteios, as inscrições e o Kit do Sorteio (constituído por pack de 300 senhas e dístico do sorteio) são gratuitos.

Os Concursos de Montras decorrerão entre 15 a 25 de Dezembro e as inscrições e as inscrições deverão ser efectuadas até 05 de Dezembro.

Os regulamentos e as fichas de inscrição dos Sorteios e dos Concursos estão disponíveis em www.acib.pt.//

Elementos obrigatórios na emissão de uma factura

Emitir uma factura é obrigatório e além de terem que ser datadas e numeradas sequencialmente, devem conter os seguintes elementos:

- Os nomes, firmas ou as denominações sociais e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e do destinatário ou adquirente, bem como os correspondentes números de identificação fiscal dos sujeitos passivos de imposto;
- A quantidade e a denominação usual dos bens ou dos serviços prestados, com especificação dos elementos necessários à determinação da taxa aplicável; as embalagens que não foram efectivamente transaccionadas devem ser objecto de indicação separada e com menção expressa de que foi acordada a sua devolução;
- O preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável;
- As taxas aplicáveis e o montante de imposto devido;
- O motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for caso disso;
- A data em que os bens foram colocados à disposição do adquirente, em que os serviços foram realizados ou em que foram efectuados pagamentos anteriores à realização das operações, se essa data não coincidir com a da emissão da factura.

No caso do bem ou serviço ser vendido ou prestado a um sujeito passivo particular, o NIF só é obrigatório para o cliente beneficiar dos serviços fiscais. Também o nome e morada não são obrigatórios, a não ser em facturas de valor igual ou superior a 1000€.

Para os sujeitos passivos tributados pela categoria B do IRS e sujeitos a IVA, as facturas devem conter sempre a identificação completa (nome, morada e NIF). Há também a opção de emitir uma factura simplificada para transações de valor inferior a 100€, obrigando à indicação do NIF. No caso das facturas electrónicas, devem ser preenchidos também online todos os dados do consumidor.//

O pagamento em duodécimos de metade dos subsídios de férias e de Natal no sector privado volta a ser opcional em 2018. De acordo com o Orçamento de Estado, durante o próximo ano, 50% do subsídio de Natal no sector privado deve ser pago até 15 de Dezembro e os restantes 50% em duodécimos ao longo do ano. Quanto ao subsídio de férias, metade deve ser paga antes do início do período de férias e a outra metade em duodécimos. O regime de duodécimos pode ser afastado por manifestação de vontade expressa do trabalhador, que terá até 06 de Janeiro de 2018, para comunicar à empresa. //

Novos produtos de fumar | Alteração da legislação

A Lei n.º 63/2017, de 03 de Agosto, aprova as normas para a protecção dos cidadãos à exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da dependência e a cessação do seu consumo, abrangendo no conceito de fumar os novos produtos do tabaco sem combustão que produzam aerossóis, vapores, gases ou partículas inaláveis.

Esta lei entra em vigor no dia 01 de Janeiro de 2018 e altera a Lei n.º 37/2007, de 14 de Agosto.

É proibido fumar:

- Nos locais de trabalho;
- Nos locais de atendimento directo ao público;
- Nos conjuntos e grandes superfícies comerciais e nos estabelecimentos comerciais de venda ao público;
- Nas cantinas, nos refeitórios e nos bares de entidades públicas e privadas destinadas exclusivamente ao respectivo pessoal;
- Em parques de estacionamento cobertos;
- Nos elevadores, ascensores e similares;
- Em qualquer outro lugar onde, por determinação da gerência ou de outra legislação aplicável, se proíba fumar.

É admitido fumar nas áreas ao ar livre:

- Nos locais de trabalho;
- Nos locais de atendimento directo ao público;

- Nos conjuntos e grandes superfícies comerciais e nos estabelecimentos comerciais de venda ao público;

- Nas cantinas, nos refeitórios e nos bares de entidades públicas e privadas destinadas exclusivamente ao respectivo pessoal;

- Pode ser ainda permitido fumar nos locais de trabalho e nos conjuntos e grandes superfícies comerciais e nos estabelecimentos comerciais de venda ao público, entre outros, nas áreas previstas para o efeito que obedeçam a determinados requisitos:

- Estejam sinalizadas, com afixação em locais visíveis de dísticos conformes ao modelo em vigor;

- Estejam separadas fisicamente das restantes instalações, ou disponham de dispositivo de ventilação, ou qualquer outro, desde que autónomo, que evite que o fumo se espalhe as áreas contíguas;

- Seja garantida a ventilação directa para o exterior através de sistema de extracção de ar que proteja dos efeitos do fumo os trabalhadores e os clientes não fumadores.

A interdição e condicionamento de fumar no interior dos locais devem ser assinalados pela afixação de dísticos de fundo vermelho, conformes ao modelo A. As áreas onde é permitido fumar tem de ser identificadas através da afixação de dísticos

com fundo azul, conformes ao modelo B.

É proibida a venda de produtos do tabaco, de produtos à base de plantas para fumar e de cigarros electrónicos que incluam um cartucho ou reservatório, bem como recargas, com líquido contendo nicotina, incluindo o papel de enrolar cigarros e narguiles necessários a utilização de produtos do tabaco:

1 - Através de máquinas de venda automática, sempre que não reúnem, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Estejam munidas de um dispositivo electrónico ou outro sistema que impeça o seu acesso a menores de 18 anos;

- Estejam localizadas no interior do estabelecimento comercial, de forma a serem visualizadas pelo responsável do estabelecimento, não podendo estar nas zonas de acesso, escadas e nos corredores dos centros comerciais e das grandes superfícies comerciais.

2 - A menores com idade inferior a 18 anos, a comprovar por qualquer documento identificativo com fotografia;

3 - Nas cantinas, refeitórios e bares de entidades públicas e privadas destinadas em exclusivo ao respectivo pessoal;

4 - Através de meios de televenda, telefónicos ou postais e através da Internet. //

Regime da formação profissional contínua

No âmbito da formação contínua, o empregador deve:

- Promover o desenvolvimento e adequação da qualificação do trabalhador, visando melhorar a sua empregabilidade e aumentar a produtividade e a competitividade da empresa;
- Assegurar a cada trabalhador o direito individual à formação, através de um número mínimo anual de horas de formação, por meio acções desenvolvidas na empresa ou a atribuição de tempo para frequência de formação por iniciativa do trabalhador;
- Organizar a formação na empresa, estruturando planos de formação anuais ou plurianuais e, relativamente a estes, assegurar o direito à informação e consulta dos trabalhadores e dos seus representantes;
- Reconhecer e valorizar a qualificação adquirida pelo trabalhador.

Duração mínima da formação contínua

O trabalhador tem direito, em cada ano, a um número mínimo de 35h de formação contínua ou, sendo contratado a termo por período igual ou a superior a 3 meses, um número mínimo de horas proporcional à duração do contrato nesse ano.

A formação contínua pode ser desenvolvida pelo empregador, por entidade formadora certificada para o efeito ou por estabelecimento de ensino reconhecido pela Mistério de Educação e dá lugar à emissão de certificado e a registo na Caderneta Individual de Competências nos termos do regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações.

Para efeitos da concessão do mínimo de horas de formação a que o trabalhador tem direito, são consideradas as horas de dispensa de trabalho para frequência de aulas e de faltas para prestação de provas de avaliação, ao abrigo do regime de trabalhador-estudante.

O empregador deve assegurar, em cada ano, formação contínua a pelo menos 10% dos trabalhadores da empresa. Se num ano se der formação de 35h apenas a 10% dos trabalhadores, no ano seguinte a empresa terá que dar 35h aos mesmos 10% do ano anterior e 70h aos restantes 90% dos trabalhadores.

O empregador pode antecipar até dois anos ou diferir por igual período a efectivação da formação anual.

Crédito de horas

As horas de formação contínua a que o trabalhador tem direito, que não sejam asseguradas pelo empregador até ao termo dos dois anos posteriores ao seu vencimento, transformam-se em crédito de horas em igual número para formação por iniciativa do trabalhador. O crédito de horas para formação é referido ao período normal de trabalho, confere direito a retribuição e conta como tempo de serviço efectivo. O trabalhador pode utilizar o crédito de horas para a frequência de acções de formação, mediante comunicação ao empregador com antecedência mínima de 10 dias.

Por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho ou acordo individual, pode ser fixado um subsídio para pagamento do custo da formação, até ao valor da retribuição do período de crédito de horas utilizado.

Em caso de acumulação de créditos de horas, a formação realizada é imputada ao crédito vencido há mais tempo. O crédito de horas para formação que não seja utilizado cessa passados três anos sobre a sua constituição.

Efeito da cessação do contrato de trabalho

Cessando o contrato de trabalho, o trabalhador tem direito a receber a retribuição correspondente ao número mínimo anual de horas de formação que não lhe tenha sido proporcionado, ou ao crédito de horas para formação de que seja titular à data da cessação.

Conteúdo da formação continua

A área em que é ministrada a formação profissional pode ser fixada por acordo. Se for determinada pelo empregador, a área de formação tem que coincidir ou ser afim com a actividade desenvolvida pelo empregador.

No caso de ser o trabalhador a escolher a área de formação (tratando-se de crédito de horas por formação não assegurada pelo empregador), esta terá de ter conexão com a sua actividade funcional, ou então respeitar as tecnologias de informação e comunicação, segurança e saúde no trabalho ou língua estrangeira. //